

UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA ESCOLAR NO CONTEXTO DA “ERA VARGAS” (1930-1945)

LEONARDO DE CARVALHO ALVES¹, MARIA CARLOTA DE REZENDE
COELHO²

¹ Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Graduado em História pela Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG). Manhuaçu-MG. leonardocarv.alves@gmail.com

² Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ). Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ). Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente, é professora titular da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Vitória, Espírito Santo, Brasil. maria.coelho@emescam.br

RESUMO

Tendo em vista possíveis contribuições para o desenvolvimento de novas temáticas do campo do ensino de História e, principalmente, para o aprofundamento do conhecimento sobre a “história do ensino de História” no Brasil, bem como sobre as reformas educacionais nacionais da primeira metade do século XX, pesquisa-se, aqui, sobre o ensino de História escolar durante o contexto histórico brasileiro da “Era Vargas” (1930-1945), visando, com isso, analisar os efeitos das reformas educacionais nacionais instauradas ao longo do governo Vargas sobre a educação escolar brasileira, identificando as configurações e as finalidades assumidas pelo ensino de História no contexto em questão. Diante do exposto, verifica-se que o ensino de História escolar ofertado durante a “Era Vargas” (1930-1945), os programas e os materiais didáticos de História, fundamentavam-se num padrão historiográfico tradicional branco, eurocêntrico e cristão, perpetuando uma História ensinada elitista e excludente, pautada na narrativa dos “grandes fatos” e “heróis” que marcaram o processo de formação da identidade e sentimento nacionais, sobre os quais se consolidou uma ideia de “unidade nacional” legitimadora do Estado varguista. Constata-se, por este estudo, que o ensino de História, durante a “Era Vargas”, foi reconhecido pelas elites dominantes e pelos governantes como um instrumento de formação para a “cidadania política” e de consolidação do “sentimento de brasilidade”, necessários, por sua vez, para o fortalecimento do Estado Nacional.

Palavras-chave: Ensino de História; Brasil; Era Vargas; Reforma Francisco Campos; Reforma Capanema.

A LOOK AT THE TEACHING OF SCHOOL HISTORY IN THE CONTEXT OF "VARGAS ERA" (1930-1945)

ABSTRACT

Considering possible contributions to the development of new themes in the field of history teaching and, especially, to deepen knowledge about the history of history teaching in Brazil as well as on the national educational reforms of the first half of the XX century, it's studied here the teaching of school history during the Brazilian historical context of the Vargas Era (1930-1945), in order to analyze the effects of the national educational reforms introduced during the Vargas administration on the Brazilian school education, identifying the configurations and purposes assumed by the teaching of History in the context in question. In view of the above, it is verified the teaching of School History during the Era Vargas (1930-1945), the didactic programs and subjects of History, were based on a traditional white, Eurocentric and Christian historiographic pattern, perpetuating an elitist and excluding History taught, based on the "great facts" and "heroes" that marked the process of formation of national identity and sentiment, on which was consolidated an idea of "national unity" that legitimized the Vargas state. This study shows that the teaching of History during the "Vargas Era" was recognized by the ruling elites and rulers as an instrument of formation for "political citizenship" and for consolidation of the "feeling of Brazilianness", necessary for the strengthening of the National State.

Keywords: History teaching; Brazil; Vargas Era; Francisco Campos Reformation; Capanema Reformation.

1 INTRODUÇÃO

O século XX foi um período de várias e importantes reformas educacionais no âmbito da organização do ensino escolar brasileiro, sobretudo do secundário. Tantas reformas refletiram, por sua vez, na reorganização do ensino de História escolar ofertado pelas instituições escolares do país, atribuindo-lhe novas configurações e finalidades a cada mudança de governo e alternância de partidos políticos e governantes no poder. O ensino de História permanecia, todavia, sendo reconhecido, em cada reforma, como principal instrumento de construção da consciência histórica e formação política do alunado, mostrando-se capaz de articular o passado com as orientações do presente e determinar o modo de agir e pensar da sociedade (ABUD, 2016, p. 297-299).

Portanto, dada à importância atribuída ao ensino de História escolar em cada uma das reformas educacionais implementadas no século XX, define-se como tema do presente estudo: as configurações e as finalidades atribuídas ao ensino de História escolar durante o contexto histórico brasileiro da "Era Vargas" (1930-1945), quando se deram duas das primeiras grandes reformas educacionais brasileiras: a "Reforma Francisco Campos", de 1931, e a "Reforma Capanema", de 1942.

Diante disso, busca-se responder a seguinte questão: quais foram os efeitos das reformas educacionais nacionais instauradas durante a “Era Vargas” sobre o ensino de História escolar? E quais foram as principais finalidades atribuídas à História escolar pelo governo Vargas?

Em resposta a essa questão, parte-se da hipótese de que, na primeira década do século XX, a formação de uma identidade coletiva nacional e de uma memória comum brasileira, sobre a qual se educaria a sociedade brasileira, permaneceu enquanto uma das principais funções da História escolar, somando-se a esta, a função de formação do “cidadão político” e patriota necessário à legitimação da “unidade nacional” na qual se embasava o Estado varguista.

Objetiva-se, com este estudo, analisar os efeitos das reformas educacionais nacionais promulgadas ao longo do período da “Era Vargas” (1930-1945) sobre a educação escolar brasileira, identificando, nesse processo, as configurações e as finalidades assumidas pelo ensino de História. Para isso, faz-se necessário cumprir com dois objetivos específicos. Primeiro: descrever algumas das determinações legais da “Reforma Francisco Campos” (1931) e da “Reforma Capanema” (1942), bem como a regulação destas sobre a História escolar. Segundo: identificar as características gerais do ensino de História ofertado pelas escolas brasileiras durante o governo varguista, dentre 1930 e 1945.

Propõem-se, com esta pesquisa histórica e social, contribuir para uma melhor compreensão acerca da “história do ensino de História” no Brasil, bem como sobre as reformas educacionais nacionais realizadas ao longo da primeira metade do século XX.

2. A REFORMA FRANCISCO CAMPOS (1931)

Em 1931, o então Ministro da Educação e Saúde do “Governo Provisório” de Getúlio Vargas, Francisco Campos (1931-1934), implementou, por meio do Decreto Nº 19.890, de 18 de abril de 1931, mudanças educacionais que as quais estudiosos reconhecem como a primeira reforma educacional de caráter nacional do Brasil. O Decreto Nº 19.890/1931 estabelecia, dentre outras coisas, conforme Katia Maria Abud (1998; 2011, p. 165), que o ensino secundário oficialmente reconhecido, passaria a ser ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial,

não mais somente no tradicional Colégio D. Pedro II, concedendo, portanto, maior autonomia às escalas secundárias ao equipará-las ao Pedro II e possibilitar-lhes, por exemplo, realizar seus próprios exames.

Decretava-se, também, no Art. 10 do decreto Nº 19.890/1931, que os programas do ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino passariam a ser expedidos pelo “Ministério da Educação e Saúde Pública” e revistos, de três em três anos, por uma comissão designada pelo ministro e à qual seriam submetidas as propostas elaboradas pela Congregação do Colégio Pedro II (BRASIL, 1931). Tirava-se, assim, o domínio do Colégio D. Pedro II sobre o ensino secundário nacional, transferindo a responsabilidade para com os programas e métodos de ensino para a tutela do Estado, acentuando, para autores como Katia Abud (1998), a centralização uniformizadora do Estado sobre o ensino secundário.

De acordo com Abud (2011, p. 165), o decreto nº 19.890/1931, que oficializava a “Reforma Francisco Campos” ao dispor sobre a organização do ensino secundário nacional, estabeleceu, o curso secundário seriado, dividido em dois ciclos — fundamental e complementar. O primeiro ciclo, o fundamental, com duração de cinco anos, onde o ensino de História se fazia presente nas matérias de “História da Civilização” e “História Natural”. O segundo ciclo, por sua vez, o complementar, fazia-se obrigatório para os candidatos a matrícula em determinados institutos de ensino superior, tinha a duração de dois anos, estando o ensino de História presente nas matérias de “História da Civilização”, “História Natural” e “História da Filosofia”, estabelecidas de modo diferente no currículo a depender do curso superior almejado pelo estudante.

A História do Brasil, pelo que aponta Abud (1998; 2011), permanecia fundida à História Universal desde 1899, portanto, esta estaria presente na matéria de “História da Civilização”, na qual, somada aos conteúdos de História Geral e História da América, ficara encarregada de ajudar a “estabelecer uma estreita vinculação entre o estudo do passado nacional e americano com o passado europeu” (CASTRO *apud* ABUD, 2011, p. 168), buscando criar uma sociedade brasileira “civilizada” e orgulhosa de seu passado histórico.

O ensino de História foi reconhecido, durante a “Reforma Francisco Campos” (1931), como a disciplina mais eficaz, instrumento ideal, na formação da consciência

social do alunado brasileiro (ABUD, 2007, p. 111; HOLLANDA, 1957, p. 18). Nas políticas e programas de ensino que vieram a regular a educação escolar brasileira a partir de 1930, vê-se que as escolas são abordadas como locais ideais de instrução para a formação da consciência nacional, sendo a História considerada, por excelência, a disciplina formadora de cidadãos (ABUD, 1998).

Francisco Campos e vários legisladores atuantes no contexto do governo varguista recolheram que, apesar de todas as disciplinas escolares voltarem-se à formação da consciência social do alunado brasileiro, era nos estudos de História que mais eficazmente se realizaria a “educação política” da população, baseada, por sua vez, na necessidade da ordem coletiva e no conhecimento das origens, dos caracteres e da estrutura das instituições políticas e administrativas então vigentes (HOLLANDA, 1957, p. 18; ABUD, 1998; 2007, p. 111).

Entretanto, apesar de as escolas secundárias de todo país passarem a gozar de maior autonomia na expedição de diplomas de conclusão do curso secundário, há de se esclarecer, como faz a historiadora Kátia Abud (2011, p. 167 – 168), que a “Reforma Francisco Campos”, de fato, não trouxe grandes mudanças, pois a leitura dos programas elaborados pelas escolas estaduais autônomas não fugia aos cânones já consagrados pelo Pedro II. Manteve-se, para o ensino secundário, as concepções de História que vinham do século anterior, que consistiam, por sua vez, segundo Elza Nadai (1992/1993; p. 146-147), basicamente, em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e batalhas, atendendo, assim, aos interesses das elites dominantes, aponta Abud (2011, p. 167 – 168).

Mesmo com o reconhecimento da importância de um ensino de História voltado à formação dos cidadãos patriotas unidos pelos laços da identidade brasileira, a História Geral, aquela que contemplava os grandes fatos e personagens da história europeia ocidental da qual o Brasil fora parte por ter sido colonizado por Portugal, continuou predominado sobre a História do Brasil e da América, reservada ao ensino da memória histórica de um Brasil em um recente processo de organização enquanto Estado nacional (ABUD, 2007, p. 110-111).

Outra evidência que reforça a ideia de que não foram muitas as mudanças de fato desencadeadas pela “Reforma Francisco Campos” (1931) pode ser encontrada no fato de os programas de ensino secundário e os métodos de ensino, apesar de deixarem de

ser estabelecidos diretamente pelo Colégio D. Pedro II e passarem a ser expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, continuaram sobre forte influência do colégio, sendo revistos e submetidos às propostas elaboradas pela Congregação do Colégio Pedro II de três em três anos, tal como exposto no Decreto Nº 19.890, de 18 de abril de 1931. (ABUD, 2011).

Enfim, a reforma educacional realizada por Francisco Campos, em 1931, foi de fato polêmica, tendo atraído muitas críticas, especialmente por ter mantido submissa à História do Brasil. Críticos dos programas de ensino de História estabelecidos pela “Reforma Francisco Campos” expunham a falta de autonomia da História do Brasil e a baixa carga horária disponibilizada para ensino de seu extenso conteúdo curricular como algumas das dificuldades de se trabalhar como o ensino de História do Brasil.

Estando os programas de ensino de História divididos em duas partes, uma correspondente à História Geral e outra à História do Brasil e da América, os docentes dificilmente conseguiam concluir os programas de História do Brasil e da América durante o ano letivo, pois, segundo Abud (2007, p. 111), a carga horária era de apenas duas aulas semanais. Como resultado disso, grande parte dos estudantes completava o ginásial sem ter estudado devidamente a História do Brasil, desagradando não só professores e alunos, mas, também, aos membros do IHGB, que tanto se empenhavam na tarefa de consolidar uma memória brasileira original e a identidade nacional, reivindicando, por isso, uma cadeira especial de História do Brasil (ABUD, 2007, p. 111).

O professor Jônatas Serrano criticou o programa de ensino de História oriundo da reforma educacional de Francisco Campos, pois, para ele, o alunado brasileiro, na faixa etária em que era colocado em contato com a História do Brasil, dificilmente teria capacidades cognitivas e habilidade necessárias para trabalhar a História do Brasil relacionando-a ao conteúdo de História Geral como proposto pelos programas vigentes. (ABUD, 2007, p. 111).

E, apesar das críticas, pela falta de autonomia e espaço nos programas curriculares para a História do Brasil, esta permanecera inclusa como parte da História da Civilização durante a ocupação do cargo de ministro da educação e saúde pública por Francisco Campos, adquirindo sua autonomia com a “Reforma Capanema” (1942).

3. A REFORMA CAPANEMA (1942)

Em 1942, em pleno período do “Estado Novo” (1937-1945), o Ministro da Educação e Saúde do governo autoritário e centralizador de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema (1934-1945), realizou outra grande reforma na educação escolar brasileira, aponta Katia Abud (1998; 2007; 2011; 2017). A “Reforma Capanema” (1942), como ficara conhecida essa reforma, foi oficializada por meio do Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, a Lei orgânica que estabeleceu as bases de organização do ensino secundário brasileiro.

Pelo Decreto-Lei nº 4.244/1942, definiu-se, por sua vez, um ensino secundário organizado em dois ciclos. O primeiro compreendendo um só curso: o curso ginásial e o segundo dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico. Tal decreto (BRASIL, 1942) estabeleceu, ainda, a duração de quatro anos para o ensino ginásial, divididos em quatro séries, enquanto para o colegial (clássico e científico) foi estabelecido uma duração de três anos, divididos em três séries (BITTENCOURT, 2018, p. 63-64).

Com a Lei n. 4.244/1942, sob o ministério de Gustavo Capanema, a História do Brasil tornou-se mais presente, com carga horária aumentada, e a História da América passou a contar com uma série dedicada ao seu ensino (BITTENCOURT, 2018, p. 63-64). No curso ginásial, para a disciplina de “História Geral” reservou-se as duas primeiras séries, e para a “História do Brasil” as terceira e quarta séries. No curso colegial, a História Geral seria ministrada nas duas primeiras séries e a História do Brasil na terceira série. Nota-se, como demonstra Katia Abud (2007, p. 111-112), que a História do Brasil adquiriu, com a “Reforma Capanema” (1942), maior autonomia e espaço no ensino secundário brasileiro, tornando ainda mais evidente o uso da História como meio para desenvolvimento do sentimento nacionalista e formação cívica dos brasileiros durante o governo Vargas.

A “Reforma Capanema” (1942), todavia, também não modificou os aspectos essenciais dos programas de História para o curso ginásial. Perpetuavam-se, segundo Katia Abud (2011, p. 168), a relação de “subalternidade” da História do Brasil em relação à História da Europa Ocidental; a permanência da linha do tempo e da sequência cronológica na organização dos conteúdos e a predominância dos conteúdos de natureza política, secundarizados pelos fatos da História Econômica. A História ensinada

continuava a priorizar o estudo das instituições administrativas e as formas utilizadas por Portugal para organizar a Colônia, demonstrando-se inspirada no esforço do Império Português em consolidar, pioneiramente, o “sentimento nacional brasileiro” (ABUD, 1998).

No contexto da “Era Vargas” (1930-1945), em que nacionalismo e autoritarismo caminhavam juntos no Brasil (ABUD, 1998), a “Reforma Capanema” (1942), objetivava, sobretudo, a difusão do patriotismo e do nacionalismo, os quais eram veiculados pelo ensino de História — sobretudo da História do Brasil — e, principalmente, pela disciplina e ordem através dos cursos de moral e civismo obrigatoriamente presentes nos programas das escolas secundárias. Esta reforma implementada no ministério de Gustavo Capanema representou, conforme apresentado por Paulo R. Marçal Ribeiro (1993, p. 23-24) e Solange Zotti (2006), a reafirmação de muitos pontos da “Reforma Francisco Campos” (1931), a exemplo da centralização da educação mediante a subordinação e o controle do Estado sobre os sistemas educacionais estaduais, bem como da consagração de um ensino secundário nacional elitista (voltado ao preparo das futuras elites dominantes para a direção do país).

A reforma educacional realizada por Gustavo Capanema, em 1942, contrariou, ainda, muitos preceitos defendidos pelos adeptos da “Escola Nova”, um movimento de renovação do ensino em prol de uma educação administrativamente descentralizada, laica, gratuita e mista (educação conjunta de educando de ambos os sexos), que ganhou impulso nas primeiras décadas do século XX, isso, pois a “Reforma Capanema”, como a “Reforma Francisco Campos”, implementou um sistema educacional uniforme, centralizado, rígido, e, ainda, um modelo educacional enciclopedista, centralizado e convencional, baseado na aprendizagem formal e abstrata das ciências e das letras, que consolidava a natureza elitista e classista da educação, e uma pedagogia “de fora para dentro”, e não a partir da vivência do mundo do trabalho e da vida em comunidade como defendido pelos adeptos da “Escola Nova” (RIBEIRO, 1993, p. 24; SCHWARTZMAN, 2000, p. 3-6).

Logo, pode-se dizer que a “Reforma Capanema” (1942) pouco mudou a situação da História do Brasil nos programas de ensino. Ao que aponta Katia Abud (2007, p. 111 – 112), ainda que a História do Brasil tenha conquistado sua autonomia e se emancipado da História da Civilização, os conteúdos curriculares continuavam organizados segundo

o tradicional modelo histórico linear e progressivo oriundo da França do século XIX, tendo sido apenas remanejados em séries diferentes das que estavam alocados anteriormente. Isso até 1951, quando com a volta de Getúlio Vargas à presidência da república, agora por voto direto, foi decretada a Lei Nº 1.359, de 25 de abril de 1951 (BRASIL, 1951), que, por sua vez, modificava a seriação de disciplinas do curso secundário estabelecidas em 1942, fazendo, assim, com que a História do Brasil perdesse seu espaço na segunda série, sendo introduzida na primeira série, bem como na série final ao lado da História Geral (ABUD, 2007, p. 112).

4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA “ERA VARGAS”

No período intitulado “Era Vargas”, atribuía-se ao Estado a responsabilidade de formação da nacionalidade e direcionamento do povo, considerado, por sua vez, a "massa" que deveria ser orientada a seguir as elites, estas sim, condutoras das transformações pelas quais o Brasil deveria passar para alcançar o desenvolvimento (ABUD, 1998).

Francisco Campos, ideólogo do autoritarismo e Ministro da Educação do governo provisório de Getúlio Vargas (1931-1934), era um dos muitos intelectuais brasileiros que acreditavam na incapacidade de governar das “massas”, cabendo às elites tal tarefa. Para Francisco Campos e outros que partilhavam desta ideia elitista e excludente, “as transformações não se operam pelas ações das mentalidades primitivas, mas pela influência das ciências e das artes, de filósofos, pesquisadores, engenheiros, artistas (...)” (ABUD, 1998, n.p.).

Esses intelectuais brasileiros, oriundos das elites dirigentes que governavam o país, percebiam claramente que as instituições do Estado eram o veículo perfeito para difusão de suas ideias de consolidação da identidade nacional através da educação, mais especificamente do ensino de História. Sob a perspectiva foucaultiana a respeito da relação entre o exercício do poder e a produção de “verdades” para legitimá-lo, pode-se dizer que esses intelectuais perceberam que a burocracia estatal legisla, regulamenta e controla o trabalho pedagógico a fim de disciplinar a sociedade, tornando evidente, como apontado por Marilena de Souza Chauí, “um discurso do poder que se pronuncia

sobre a educação definindo seu sentido, forma, finalidade e conteúdo” (CHAUI *apud* ABUD, 1998, n.p.).

Os programas e materiais didáticos de História produzidos durante a “Era Vargas” (1930-1945) eram, visivelmente, herdeiros do modelo de escrita de História do Brasil projetado para educação das futuras elites governantes, no século XIX, por Carl Friedrich Philipp von Martius e executado por Francisco Adolfo Varnhagen. O mesmo padrão de História adotado pelos primeiros programas de ensino escolar do Brasil. (ABUD, 1998).

Como os programas de ensino de História oitocentistas, os elaborados durante a “Era Vargas” focavam-se na construção de uma memória coletiva brasileira e de uma identidade nacional, destinando-se, à educação dos filhos das elites dominantes para torná-los aptos a governar as massas, que, por sua vez, deveriam ser educadas segundo os ideais de seus governantes, com o intuito de preservar a ordem sociopolítico-econômica vigente.

Nas primeiras décadas do século XX:

A História da Civilização e a História do Brasil destinavam-se a operar como formadoras da cidadania e da moral cívica. Um dos objetivos básicos da História escolar era a formação do “cidadão político”, que, em nosso caso, era o possuidor do direito ao voto. A História do Brasil servia para possibilitar às futuras gerações dos setores de elite informações acerca de como conduzir a Nação ao seu progresso, ao seu destino de “grande nação”. (BITTENCOURT, 2018, p. 63)

Embasada por Nadai, Abud (2011, p. 168) explica que essa expansão da escola secundária ocorrida na primeira metade do século XX foi de grande importância para a formação de setores sociais em processo de desenvolvimento, com destaque para as classes médias urbanas. Isso, pois a escolarização, ao que afirma Nadai (1988, p. 235), consistia num instrumento essencial para preparação das novas classes que governariam o Brasil, bem como de disseminação de um saber “civilizatório” voltado a formação de um estrato social situado entre o povo (grupos subalternos) e os dirigentes do país (elites).

Assim, em um claro exemplo foucaultiano (FOUCAULT, 2017) de exercício de poder e disciplinarização dos estratos sociais inferiores pelos grupos dominantes, as ideias, por meio desse estrato social intermediário que as escolas secundárias se encarregariam de formar, filtrar-se-iam, descendo continuamente das camadas

superiores até os mais humildes, fazendo das classes médias urbanas as responsáveis por manterem coeso o corpo da nação, elucida Nadai (1988, p. 235).

Desde sua consolidação enquanto disciplina escolar, nos Oitocentos, até o fim da “Era Vargas” (1930-1945), a História, no Brasil, priorizou temas que tratam de “grandes fatos” e “heróis” importantes no processo de formação da identidade e sentimento nacionais, partindo, geralmente, da lógica, da importância dos portugueses e suas entradas e bandeiras na construção da unidade geográfica brasileira e, também, da formação ética e cultural da população brasileira a partir do contato sincrético e da miscigenação entre três principais etnias – a indígena, a portuguesa e a negra de origem africana (ABUD, 1998).

Perpetuou-se, por grande parte do século XX, a visão varnhageniana da formação da sociedade brasileira, em que se priorizava o elemento branco em detrimento do indígena e do africano e afro-brasileiro. Como apontado por Katia Abud (1998), esse ensino de História, nos programas e nos textos didáticos da primeira metade do século XX, procurava satisfazer o pensamento das elites dominantes de que a sociedade nacional deveria ser abordada como majoritariamente branca. As culturas e as histórias africana, afro-brasileira e indígena, ainda que reconhecidas, o eram de forma subalterna, como meras influências na culinária, na arte e nas práticas religiosas da sociedade brasileira.

Os programas de História elaborados durante a “Era Vargas”, assim como os das demais disciplinas, foram organizados por comissões constituídas pelo Ministério da Educação. Esse controle do Estado sobre a produção dos programas de ensino era, por sua vez, legalmente garantido. Primeiro, com a “Reforma Francisco Campos” (1931), por ação do Art. 10 do Decreto Nº 19.890/1931, e, mais tarde, com a realização da “Reforma Capanema” (1942), pelo Art. 18 do Decreto-Lei Nº 4.244/1942. Tinham como base o desenvolvimento do patriotismo e fortalecimento do Estado Nacional, sendo o ensino de História o instrumento ideal para esse fim, pois traria à luz o passado de todos os brasileiros, suas continuidades históricas, fortalecendo, desse modo, como descrito em certas normas reguladoras da educação durante a “Era Vargas”, “o espírito de brasilidade, isto é, a formação da alma e do caráter nacional”. (ABUD, 1998).

Constata-se, portanto, como aferido por Abud (1998), que Estado varguista reconhecia a importância da História escolar e suas funcionalidades. Via-se no ensino

de História um poderoso instrumento de formação do “cidadão ideal” para um Estado centralizador ascendente que tinha como um dos seus objetivos maiores: a neutralização do poder das oligarquias regionais e o fortalecimento do Estado Nacional mediante a formação de um sentimento nacional brasileiro fundamentado, por sua vez, na raça, na língua, na religião, na integridade territorial e administrativa do Brasil, ou seja, na unidade étnica, na unidade administrativa e territorial e na unidade cultural que alicerçavam a “unidade nacional brasileira”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou uma análise do ensino de História escolar no contexto histórico brasileiro da “Era Vargas” (1930-1945), mais especificamente das configurações e papéis assumidos pela História escolar mediante as determinações legais de duas importantes reformas educacionais brasileiras: a “Reforma Francisco Campos”, de 1931, e a “Reforma Capanema”, de 1942. Contribuiu, portanto, para uma maior compreensão acerca da “história do ensino de História” no Brasil, bem como sobre as reformas educacionais nacionais realizadas ao longo da primeira metade do século XX.

Pela análise de documentos oficiais que dispunham sobre a organização do ensino secundário brasileiro durante o governo Vargas, e, também, da revisão narrativa da literatura especializada existente, analisou-se, aqui, alguns dos efeitos das reformas educacionais nacionais promulgadas ao longo do período da “Era Vargas” (1930-1945) sobre a educação escolar brasileira, identificando as configurações e as finalidades assumidas pelo ensino de História.

Verificou-se, por este estudo, que o ensino de História escolar ofertado durante a “Era Vargas” (1930-1945) fundamentavam-se no modelo varnhageniano excludente e eurocêntrico que persistia na Educação brasileira desde o século XIX. Perpetuava-se, nos programas escolares e nos materiais didáticos, um ensino de História narrativo de caráter branco, eurocêntrico e cristão, embasado na narrativa de “grandes fatos” e “heróis” importantes no processo de formação da identidade e sentimento nacionais.

Constatou-se, por fim, que a Educação escolar e o ensino de História por ela ofertado na primeira metade do século XX, inclusive no período do governo varguista, voltavam-se ao preparo das futuras gerações das elites para a condução da Nação

brasileira e à formação das massas enquanto “cidadãos políticos” (aptos a votarem), patrióticos, dóceis e submissos à ordem sociopolítico-econômica do Estado centralizador vigente.

Enquanto estudo qualitativo assentado no procedimento bibliográfico de revisão narrativa da literatura, este trabalho se desenvolveu mediante as limitações da busca e da análise aleatórias da literatura existente, sendo aberto à escolha pessoal das fontes bibliográficas e às análises e interpretações particulares do autor. Cabe, portanto, futuramente, novas abordagens acerca da temática aqui delimitada, fundamentadas, por sua vez, por diferentes métodos e interpretações acerca dos fatos. Afinal, como afirmado por Jacques Le Goff (1990, p. 22), o saber histórico não é absoluto, pronto e acabado, mas, sim, um processo em contínua transformação, aberto a novas representações da relação dos homens no tempo.

6 REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. “A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular”. In: **Educar em Revista**, Curitiba, n. 42, p. 163-171, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n42/a11n42.pdf>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

_____. “A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula”. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2007, v. 01, p. 107-117.

_____. “Currículo de História e políticas públicas”. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. “Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas”. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2019.

_____. **Propostas para o ensino de História: a construção de um saber escolar**. Fronteiras, [S.l.], v. 18, n. 31, p. 296-304, jul. 2016. ISSN 2175-0742. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5470/2814>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. “Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942”. **Lei orgânica do ensino secundário**. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2019.

_____. “Lei Nº 1.359, de 25 de Abril de 1951”. **Modifica a seriação de disciplinas do curso secundário estabelecida no Decreto-lei nº 4.244, de 1942**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1359.htm#art1. Acesso em: 21 de Fevereiro de 2019.

_____. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização do ensino secundário**. Rio de Janeiro, 1931. Disponível on-line em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19890impresao.htm. Acesso em 24 de Fevereiro de 2019.

CHAUÏ, Marilena de Souza. "Ideologia e educação". In **Educação e Sociedade**. São Paulo, nº 05, 1980, p. 24-40.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

HOLLANDA, Guy. **Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro**. 1931-1956. Rio de Janeiro: Inep/MEC, 1957.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

NADAI, Elza. “O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva”. In: **Revista Brasileira de História**, nº 25/6. São Paulo, ANPUH, 1992/1993, p. 143-162.

_____. **A ideologia do progresso e o ensino superior brasileiro**. São Paulo: Loyola, 1988.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. “História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão”. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, July 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. **Gustavo Capanema e a Educação Brasileira**. [Online] 2000. Disponível em: <<https://ia800304.us.archive.org/31/items/GustavoCapanemaEAEducacaoBrasileira/Educacaobrasileira.pdf>>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

ZOTTI, Solange Aparecida. “O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar”. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação - CBHE**, 2006, Goiânia. IV Congresso Brasileiro de História da Educação - CBHE ANAIS - A educação e seus sujeitos na história. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. v. 4. p. CD-ROM.